Boletim de Políticas Públicas

Observatório Interdisciplinar
de Políticas Públicas «Prof. Dr. José
Renato de Campos Araújo» (EACH/USP)

№4 agosto/2020

OIPP

Boletim de Políticas Públicas

Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas «Prof. Dr. José Renato de Campos Araújo» (OIPP)

Conselho editorial

Agnaldo Valentin

Alexandre Ribeiro Leichsenring

André Gal Mountian

Cristiane Kerches da Silva Leite

Graziela Serroni Perosa

José Carlos Vaz

Ursula Dias Peres

Valeria Barbosa de Magalhaes

Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi

Contato

E-mail: boletimoipp@gmail.com

Rua Arlindo Bettio, 1000

03828-000

São Paulo/SP

EACH | campus capital USP LESTE
Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Universidade de São Paulo

Regras de submissão

O Boletim de Políticas Públicas do OIPP terá periodicidade mensal e receberá artigos acadêmicos curtos para ampla divulgação entre acadêmicos e profissionais do Campo de Públicas no Brasil. Os artigos podem ser resumos de resultados de pesquisa, análise de conjuntura, resenhas de livros, estudos de caso, em linguagem destinada a fomentar o debate sobre políticas públicas e gestão governamental. Apresentação de resultados de iniciação científica e monografia também são bem-vindos.

a. O Boletim de Políticas Públicas do OIPP aceitará artigos de até 10 mil caracteres (com espaço), considerando todos os elementos do texto (gráficos, tabelas e referências bibliográficas).

b. Os artigos devem ser enviados com o(s) nome(s) dos(as) autores(as) e filiação institucional.

c. O comitê editorial do Boletim de Políticas Públicas do OIPP reserva-se o direito de decidir sobre a aceitação do artigo.

d. O Boletim de Políticas Públicas do OIPP publicará um número limitado de artigos por número. Artigos aceitos não necessariamente serão publicados no mês de envio, podendo sair em números posteriores.

e. Artigos que são produto de pesquisa em nível de graduação devem ser submetidos em coautoria com docente.

f. O Boletim de Políticas Públicas do OIPP aceitará artigos em fluxo contínuo.

g. Não haverá qualquer tipo de remuneração para os autores dos artigos.

h. Serão aceitos artigos em português, inglês e espanhol.

i. Os artigos em português devem seguir padrão ABNT.

j. As referências bibliográficas devem ser inseridas ao final do texto no padrão ABNT e devem listar apenar as obras citadas no texto.

k. Os artigos devem ser enviados em formato eletrônico .doc, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas de 1,5.

Sumário

Análise de Conjuntura

Evolução do emprego formal durante a crise sanitária.....7

André Gal Mountian, Agnaldo Valentin

Pesquisas em Políticas Públicas

Migrações internacionais e mídia étnica: a imigração boliviana em São Paulo sob a perspectiva do jornal *La Puerta del Sol* 16

Larissa Galasso, Valéria Barbosa de Magalhães

Sociedade, Políticas Públicas e Gestão Governamental

***Medo de Cair*: a desigualdade de riqueza e os efeitos da COVID-19 .....28**

André Roncaglia de Carvalho, Eloiza Regina Ferreira de Almeida, Luciana Rosa Souza, Solange Gonçalves

Quarentena, aula *online* e as desigualdades de acesso na educação.....37

Bárbara R. Altivo, Rafael Amorim, José Carlos Vaz

Análise de Conjuntura

Evolução do emprego formal durante a crise sanitária

André Gal Mountian[1], Agnaldo Valentin[2]

Introdução

Este artigo prossegue a análise de conjuntura dos efeitos da crise sanitária sobre indicadores de mercado de trabalho. Nas edições de junho e julho do Boletim de Políticas Públicas exploramos os dados de mercado de trabalho e de saúde com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), denominada de PNAD COVID19, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desta vez utilizamos os dados Novo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados)[3] para compreender a evolução do trabalho formal ao longo da crise sanitária. Este acompanhamento é importante para a compreensão da natureza dos efeitos da crise sanitária sobre o mercado de trabalho, que é potencialmente distinta dos efeitos de uma crise financeira, exigindo a formulação e implementação de políticas públicas adequadas para o contexto.

---

[1] Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP), pesquisador do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas (NEEPP) e do Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP).

[2] Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas (EACH/USP), pesquisador do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Públicas (NEEPP) e do Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas (OIPP).

[3] Desde janeiro de 2020, o CAGED vem sendo substituído pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) para parte das empresas. O Novo Caged é composto por informações captadas dos sistemas eSocial, Caged e Empregador Web. Ver detalhes em http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Nota%20t%C3%A9cnica%20substitui%C3%A7%C3%A3o%20CAGED_26_05.pdf.

Estatísticas de emprego formal no Brasil

Em janeiro de 2020 o número de trabalhadores formais no Brasil era cerca de 38,8 milhões de pessoas, de acordo com os dados no Novo CAGED. Este patamar de emprego formal não se distribui de forma homogênea entre os setores da economia, como mostrado na tabela 1. Do total de empregos formais, 47% estava ocupada no setor de serviços e 24% no comércio, totalizando 71% dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada no país. A indústria era responsável por 19% do emprego formal, enquanto construção e agropecuária ocupavam 6% e 4% dos trabalhadores com carteira assinada, respectivamente.

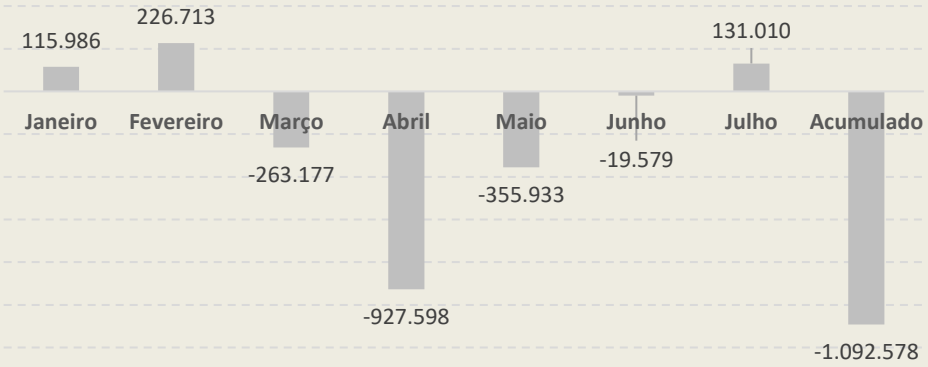
Tabela 1. Número de trabalhadores formais segundo setores da economia, janeiro de 2020

	Trabalhadores formais	**%**
Total	38.809.623	100%
Agropecuária	1.487.079	4%
Indústria	7.509.757	19%
Construção	2.166.925	6%
Comércio	9.317.359	24%
Serviços	18.328.503	47%

Fonte: Novo Caged (2020)

A necessidade de distanciamento social, derivada da crise sanitária, teve uma serie de efeitos sobre o mercado de trabalho. De acordo com os dados da PNAD COVID, a taxa de desocupação subiu de 10,7% para 13,1% da força de trabalho, entre maio e julho de 2020, totalizando 12,3 milhões de desempregados (IBGE, 2020). Agregando ao contingente desocupado aqueles que não procuraram trabalho, mas gostariam de trabalhar, houve aumentou de 30,1% para 33,2% no mesmo período.

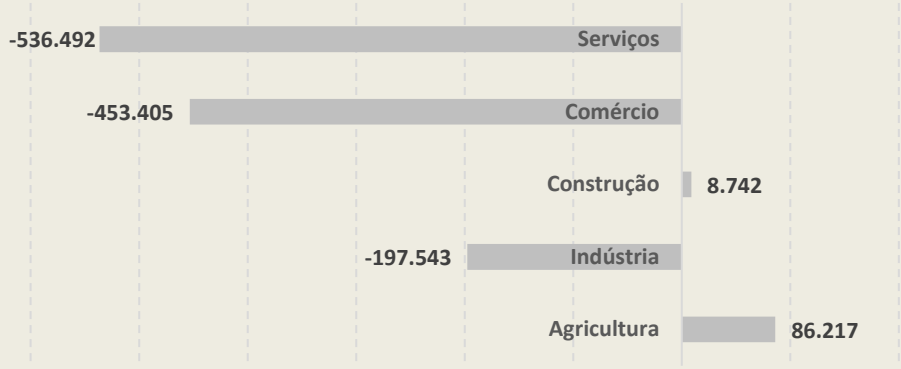
Gráfico 1. Evolução do trabalho formal no Brasil com ajustes - janeiro a julho de 2020



Fonte: Novo Caged (2020)

Do ponto de vista do emprego formal, o gráfico 1 acima apresenta a evolução do trabalho celetista entre janeiro e julho de 2020, e mostra o saldo entre admissões e demissões em cada mês do ano. O acumulado do ano indica que houve perda de mais de 1 milhão de empregos com carteira assinada, com distribuição irregular ao longo dos meses. Percebe-se que a partir de março, quando a crise sanitária se impõe, o número de demissões supera o de admissões, quando a economia perdeu 263.177 empregos formais. No mês de abril, que é período de maior perda de empregos até o momento, houve redução de cerca de 928 mil empregos celetistas. No mês de maio também ocorreu importante redução de 355.933 empregos formais, seguida de queda de 19.579 em junho e recuperação de 131.010 empregos com carteira de trabalho no mês de julho.

Gráfico 2. Acumulado da evolução do trabalho formal no Brasil com ajustes, segundo setores da economia - janeiro a julho de 2020



Fonte: Novo Caged (2020)

É importante destacar quais setores da economia foram mais afetados pela crise sanitária. O gráfico 2 mostra as maiores perdas com carteira assinada em Serviços e Comércio, totalizando quase 990 mil vagas. Outro setor que perdeu empregos formais foi a Indústria, com redução de 197.543 vagas. De outro lado, Construção e Agricultura mostraram resultados crescentes, com destaque para a Agricultura que teve um saldo positivo de 86 mil vagas de empregos formais. Esses dados chamam a atenção para a natureza de uma crise sanitária, que pode ser distinta de uma crise financeira, mesmo aquelas de grandes proporções como a de 2008. Em um contexto de pandemia e do necessário isolamento social, os setores mais afetados são justamente as atividades de comércio e serviços, mais intrinsecamente vinculados à proximidade entre trabalhadores e consumidores do que outros setores de atividade. Crises financeiras convencionais se originam na esfera financeira e atingem a economia via depressão da demanda agregada, especialmente pela retração do investi-

mento privado. Uma crise sanitária destas proporções potencialmente tem um efeito mais intenso e extenso sobre o conjunto da economia, envolvendo a demanda privada (consumo e investimento) e a oferta de bens e serviços, justamente pela imposição do distanciamento social.

Tabela 2. Trabalho formal no Brasil com ajustes, segundo composição do setor de serviços - janeiro a julho de 2020

	Empregos formais (mar-jul)	**Empregos formais (ano)**	**Variação ano (%)**
Serviços (total)	-734.885	-536.492	-2,9
Transporte, armazenagem e correio	-100.644	-92.941	-3,9
Alojamento e alimentação	-348.971	-329.713	-16,6
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	-187.692	-123.652	-1,6
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	2.777	13.623	1,7
Educação	-71.125	-7.865	-0,4
Saúde Humana e Serviços Sociais	40.907	57.074	2,4
Serviços domésticos	-46	-36	-1,0
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	-33.622	-29.219	-11,0
Outras Atividades de Serviços	-36.432	-23.778	-2,2
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	-37	15	0,5

Fonte: Novo Caged (2020)

A tabela 2 acima mostra a variação da composição do setor de Serviços entre os meses de março e julho de 2020 e seu acumulado no ano. Como este setor representa quase 50% do emprego formal no país é importante analisá-lo separadamente. Entre os meses de janeiro e julho o setor de Serviços perdeu quase 3% do seu nível de emprego, totalizando 536.492 empregos formais. Considerando exclusivamente o período de início da pandemia, o setor teve perda de 734.885 trabalhadores formais. Do ponto de vista da sua composição, o subsetor que mais contribuiu para este efeito foi Alojamento e Alimentação, com subtração de

329.713 vagas celetistas no ano, que corresponde a variação negativa de 16,6%. Este subsetor envolve atividades de hotelaria e restaurantes, que em muitos casos foram quase integralmente paralisadas pela pandemia. Ainda relevante do ponto de vista do volume de emprego, o subsetor Informação, Comunicação e Atividades Financeiras, Imobiliárias, Profissionais e Administrativas também sofreu bastante, com queda anual de 123.652 empregos celetistas (que corresponde a redução de quase 4% no acumulado do ano).

Da perspectiva da variação no ano chama a atenção o desempenho do subsetor de Artes, Cultura, Esporte e Recreação, que perdeu 11% do seu volume de emprego formal. Outro subsetor com desempenho preocupante é Educação, com redução de 7.865 no acumulado do ano e 71.125 entre março e julho de 2020. Trabalhadores destes subsetores estão especialmente vulneráveis neste contexto de pandemia e merecem atenção especial da perspectiva das políticas públicas. Por último, vale destacar o subsetor de Administração Pública, Defesa e Seguridade Social e do subsetor de Saúde Humana e Serviços Sociais que tiveram saldos positivos no ano e no período pandêmico, e desempenham atividades essenciais no contexto de crise sanitária.

Encerrando esta análise, apresentamos na tabela 3 uma aproximação do impacto sobre o trabalho formal decorrente da emergência sanitária nas diferentes regiões brasileiras.

Tabela 3. Trabalho formal no Brasil com ajustes, segundo regiões brasileiras - janeiro a julho de 2020

	Empregos formais (mar-jul)	Empregos formais (ano)	Variação ano (%)
Brasil	-1.435.277	-2.020.176	-5,2
Norte	-28.524	-45.483	-2,6
Nordeste	-241.389	-383.026	-6,0
Sudeste	-818.590	-1.154.275	-5,7
Sul	-312.500	-393.810	-5,4
Centro-Oeste	-64.427	-74.882	-2,3

Fonte: Novo Caged (2020)

A perda de postos de trabalho, que no território nacional atingiu 5,2%, apresenta dois padrões, permitindo agrupar as regiões Norte e Centro-Oeste com valores menores e as demais regiões com taxas mais elevadas, com destaque para as regiões Nordeste e Sudeste. Em alguns estados os resultados são alarmantes, como Alagoas (-10,0%), Rio de Janeiro (-8,7%), Pernambuco (-7,3%) e Sergipe (-7,2%). Como tendência, prevalece o maior impacto em estados ou regiões com maior dependência do setor de serviços, principalmente na área de Alojamento e Alimentação. Já os estados tradicionalmente associados ao setor agrícola tiveram oscilações menos expressivas, como Mato Grosso do Sul (-1,2%), Mato Grosso (-0,6%) e Goiás (-1,8%), cabendo ao Acre o único registro positivo (1,4%).

Ainda considerando a regionalidade, os estados do Sudeste acumularam 57,1% dos postos de trabalho perdidos, seguido pelas unidades do Sul (19,5%) e Nordeste (19,0%). Se comparado com o estoque no início de 2020, nota-se um efeito mais intenso na redução no Sudeste (52,0% no começo de janeiro) e Nordeste (16,4%). Trata-se, portanto, de outro indicador a evidenciar a possibilidade de focalização das políticas emergenciais dentro do quadro peculiar da crise sanitária.

Referências Bibliográficas

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19, disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/investigacoes-experimentais/estatisticas-experimentais/27946-divulgacao-semanal-pnadcovid1?t=o-que-e&utm_source=covid19&utm_medium=hotsite&utm_campaign=covid_19>, acesso em 29 de agosto de 2020.

Novo CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Disponível em < http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>, acesso em 29 de agosto de 2020

Pesquisas em Políticas Públicas

Migrações internacionais e mídia étnica: a imigração boliviana em São Paulo sob a perspectiva do jornal *La Puerta del Sol*

Larissa Galasso[4], Valéria Barbosa de Magalhães[5]

Introdução

As mídias migrantes ou étnicas estão presentes nas migrações Brasileiras, desde o final do século XIX, a partir da fundação de jornais como *Il Corrieri Cattolico*, em 1891, e *Germânia*, em 1878, respectivamente editados por imigrantes italianos e alemães.

Desde então, pipocaram os mais diversos tipos de mídia comunitária migrante, desde jornais impressos e cartas, até o atual formato de mídia online, incluindo de jornais e revistas a canais de TV e outros formatos. Esses veículos são muito mais abrangentes hoje, em termos de disseminação e alcance, do que nos tempos passados, quando dependiam da impressão, do transporte e da divulgação, todos mecânicos.

Em relação aos brasileiros fora do Brasil, a mídia migrante tem sido um importante agregador de identidades. Só no Sul da Flórida, por exemplo, foram computados 23 jornais brasileiros, só no começo dos anos 2000 (MAGALHÃES, 2011).

4 Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo. E-mail: gephom@gmail.com.
5 Professora da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: gephom@gmail.com. http://orcid.org/0000-0002-6817-4192.

Um aspecto frequentemente estudado da relação entre mídia e migrações é a percepção dos veículos do local de destino sobre os migrantes e a abordagem e representação que deles são feitas. No caso brasileiro, Cogo (2002) indica que a mídia tem privilegiado as vozes de especialistas, em detrimento da própria experiência do migrante, acabando por contribuir com a idealização desses sujeitos e também com a própria xenofobia.

Para Cogo (2002, s/p), essa mídia constituiria uma "possibilidade permanente e fluída de contato com os lugares de origem seja por parte dos imigrantes temporários ou definitivos ou mesmo por parte daqueles que simplesmente viajam a turismo ou a trabalho". Assim, como mostra Brignol (2015), as tecnologias de comunicação reforçam as redes sociais transnacionais.

Os estudos sobre deslocamentos brasileiros e mídia migrante (BONOMO e BATISTA, 2017; COGO, 2002; BARRETO E GOIS, 2019) tendem a se concentrar nas representações da mídia do local de destino sobre esses povos, dando menor espaço às formas de comunicação criadas pelas próprias comunidades. O artigo de La Pastina, Pavão e Souza (2017) é uma exceção a essa regra. Os autores analisam as características da mídia étnica de língua portuguesa nos Estados Unidos e sua centralidade na adaptação e assimilação dos imigrantes.

Outros trabalhos mais gerais sobre mídia étnica abordam perspectivas semelhantes (ZANINI, 2005; ELHAJJI, 2011). São abordadas várias questões: como o migrante é retratado pela mídia? Qual o papel na da mídia na construção de uma identidade e uma memória migrante? São textos, portanto, que não tratam especificamente dos jornais comunitários, mas que nos trazem pistas para a reflexão sobre eles.

A mídia produzida pelos migrantes contempla, por outro lado, funções e significados ricos e diversos, destacadamente concentrando a função de rede de contato pessoal e comercial, até a exposição simbólica de um tão almejado sucesso do projeto migratório por meio das colunas sociais, sempre presentes nesses meios.

Este artigo pretende contribuir com as reflexões sobre as mídias produzidas por comunidades migrantes e discute como o jornal da comunidade boliviana no Brasil, *La Puerta del Sol*, aborda a imigração boliviana em São Paulo, concentrando-se no recorte entre janeiro de 2017 e março de 2019[6].

O Jornal *La Puerta del Sol*

Em 1969, a Associação de Residentes Bolivianos foi fundada no Brasil. Após uma década da fundação da ADRB, conforme entrevista concedida a este trabalho por Rosana Camacho, atual presidente da ADRB, a comunidade boliviana em São Paulo já mostrava sinais de organização institucional em associações e outros formatos, mas sentia falta de um veículo que se comunicasse com todos, tendo em vista que naquela época não havia a internet. Foi neste contexto que surgiu o jornal La Puerta del Sol, também em 1979.

Em novembro de 2019, o *La Puerta del Sol* completou 40 anos, veiculando as atividades da comunidade e também informações acerca da Associação e do cenário político-econômico brasileiro. O jornal também traz notícias da Bolívia. O *La Puerta del*

[6] Os dados aqui apresentados são resultado do Trabalho de Conclusão de Curso de Larissa Galasso, defendido no curso de GPP da EACH/USP, no ano de 2019, orientado por Valéria B. Magalhães.

Sol não é administrado pela ADRB mas, pertence à comunidade como um todo.

Jornal *La Puerta del Sol* e a condição migratória dos bolivianos

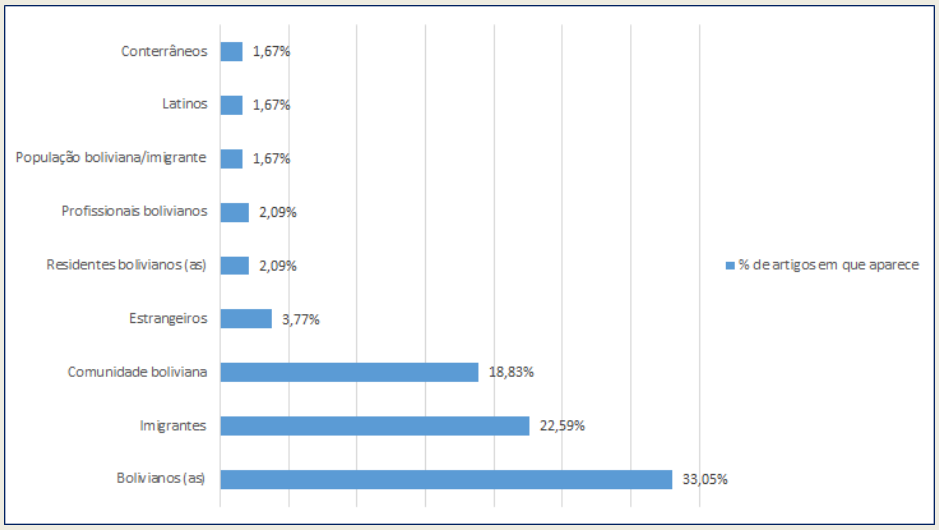
Nesta pesquisa, foram analisadas 26 edições do jornal *La Puerta del Sol*, no período proposto[7], incluindo apenas artigos que abordassem a vida dos imigrantes bolivianos em São Paulo e assuntos a eles relacionados. Totalizaram-se 239 artigos analisados.

Com o propósito de compreender a composição e o conteúdo do jornal, os artigos foram separados em oito temas (nem todos abordados no escopo deste artigo): classificados, cotidiano, saúde, comunidade, atividades ADRB, esportes, espaço mulher e mulher imigrante.

Um dos objetivos do projeto inicial foi verificar a visão que o jornal *La Puerta del Sol* transmite a respeito da comunidade boliviana de São Paulo. Assim, levou-se em consideração os termos e adjetivos utilizados pelos redatores do jornal para se referirem aos imigrantes, ilustrados na tabela abaixo:

[7] Os *links* das edições foram obtidos por meio da página do Jornal La Puerta del Sol no Facebook <https://www.facebook.com/lapuertadelsolperiodico/>, com exceção da edição 55, de junho de 2018, que foi encontrada diretamente num dos portais onde os jornais são publicados <https://www.yumpu.com/es>. Ver apêndice com as referências completas de todos os artigos analisados.

Figura 1. Frequência de uso dos termos utilizados em referência aos imigrantes



Fonte: Elaborado pelas autoras

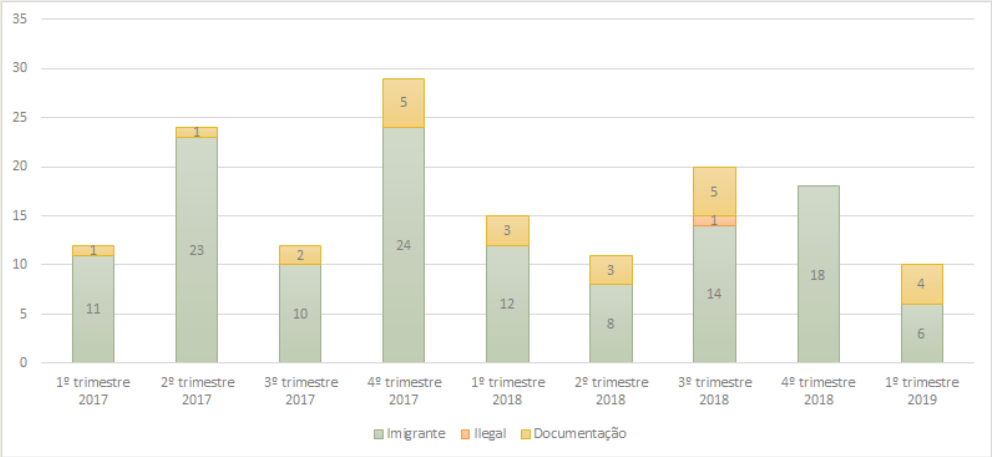
Observa-se que o termo mais utilizado pelo jornal para se referir aos imigrantes foi "bolivianos (as)", aparecendo em 33,05% dos artigos. Em seguida, destacam-se "imigrantes" e "comunidade boliviana": 22,59% e 18,83% dos artigos, respectivamente. Por fim, de forma menos frequente: "estrangeiros" (3,77%), "residentes bolivianos (as)" (2,09%), "profissionais bolivianos" (2,09%), "população boliviana/imigrante" (1,67%), "latinos" (1,67%) e "conterrâneos" (1,67%). Vale salientar que nem todos os artigos analisados fizeram referência aos imigrantes e que um mesmo artigo poderia usar mais de um termo, o que justifica o fato de que a soma do número de artigos que faz menção aos imigrantes não corresponde à quantidade de artigos analisados neste trabalho. Uma hipótese para a preferência em utilizar o termo "boliviano" e suas variações em número e gênero, também utilizados em conjunto com outros termos (população, profissionais, residentes, comunidade), seria o orgulho que de sua própria nacionalidade e a tentativa de enfatizá-la. Por outro

lado, a frequência com que as palavras “imigrante” e “estrangeiro” são empregadas revela uma ideia de não pertencimento dessas pessoas à sociedade brasileira, realçando seus status de não nativos, o que, consequentemente, demonstra um sentimento de segregação.

Nesse sentido, a utilização do termo “imigrante” em 22,59% dos artigos sugere que essas pessoas se identifiquem com a condição imposta pela imigração, ainda que esse termo possa levantar preconceitos e estereótipos por parte do país receptor. Em contraposição, quando analisamos em quais matérias o termo “estrangeiro” é empregado, verificamos que é justamente naquelas que tratam sobre a atenção médica no SUS estendida a todos, inclusive a estrangeiros (residentes ou não); no serviço de atualização do CPF pela internet, tanto para brasileiros quanto para estrangeiros; e na aprovação da nova Lei de Migração, em 2017. Portanto, o emprego do vocábulo “estrangeiro” é realizado para tratar de assuntos burocráticos, os quais dizem respeito às leis vigentes no Brasil e quando podem deles se beneficiar. Logo, o *La Puerta del Sol* manobra a identidade migrante conforme ela favoreça a adesão a fatores como os benefícios em políticas públicas ou o fortalecimento do espírito comunitário em termos políticos.

O presente trabalho também buscou quantificar o uso das palavras “imigrante”, “ilegal” e “documentação”, muito presentes nos artigos que abordam a temática da imigração boliviana em São Paulo, como é demonstrado na figura a seguir:

Figura 2. Quantidade de vezes que as palavras “imigrante”, “ilegal” e “documentação” aparecem nos artigos



Fonte: Elaborado pelas autoras

Pelo gráfico, nota-se que dentre as três palavras, a mais utilizada nos artigos foi “imigrante”, aparecendo 126 vezes no período analisado. O uso frequente desta palavra já havia sido constatado anteriormente, quando se verificou que “imigrante” foi o segundo termo mais utilizado para referência aos bolivianos, sendo exibido em 22,59% dos artigos. A frequente enfatização de sua condição migratória aponta que os bolivianos residentes em São Paulo não se sentem pertencentes ao espaço em que vivem, revelando a dificuldade em se inserir na sociedade que os rodeia. Entretanto, a utilização desta palavra também tem o intuito de realçar o fato de que pessoas de outras nacionalidades possuem direitos no território brasileiro, conforme previamente discutido. O quarto trimestre de 2017 foi o período que mais fez uso dessa palavra, totalizando 24 vezes, enquanto o primeiro trimestre de 2019 foi o período que a empregou menos, apenas 6 vezes. Contudo, vale ressaltar que no mês de janeiro de 2019 não foi publicada uma nova edição do jornal e, por tal razão, o trimestre ficou composto apenas pelos meses de fevereiro e março.

Em segundo lugar, aparece a palavra “documentação”, a qual é identificada 24 vezes de janeiro de 2017 a março de 2019. O quarto trimestre de 2017 e o terceiro trimestre de 2018 concentram em torno de 41,6% dos artigos que fazem uso de tal palavra. É possível encontrá-la nos classificados - em um anúncio de advogado -, em um artigo que faz referência à Assembleia Boliviana e os problemas da comunidade, na fala de um médico - o qual diz que os bolivianos enfrentam problemas para ter acesso à saúde, por falta de documentação regularizada -, num artigo que aborda assuntos relacionados ao Consulado Boliviano em São Paulo, entre outros exemplos. A baixa presença da palavra “documentação” nas edições do jornal indica que os assuntos relacionados ao status migratório da comunidade boliviana em São Paulo não é o foco de suas notícias, ainda que os responsáveis pelo jornal tenham consciência deste problema pelo qual os bolivianos passam. Pode-se inferir, por outro lado, que a palavra é, na maioria das vezes, utilizada como forma de orientar a população imigrante nos processos burocráticos, além de revelar os problemas enfrentados por eles em decorrência da condição indocumentada.

A palavra “ilegal”, por sua vez, é empregada apenas uma vez nos artigos, mas aparece como um sinônimo que traz a mesma ideia de ilegalidade (“residentes que não contam com documentação em dia”). Isso certamente se deve a um posicionamento político do jornal no sentido de não criminalizar os imigrantes indocumentados.

Com relação à presença de entrevistas nos artigos, verificou-se que apenas 21,10% deles as continham. Em alguns casos, as

entrevistas foram utilizadas de forma indireta, ou seja, as informações adquiridas foram incorporadas ao conteúdo do artigo, e alguns comentários do entrevistado foram destacados ao longo do texto. Em outros casos, a entrevista é reproduzida na íntegra.

Considerações Finais

Este artigo apresentou resultados gerais de nossa pesquisa, a qual visou analisar a maneira como o jornal da comunidade boliviana em São Paulo, *La Puerta del Sol*, retrata a condição migrante. Para isso, tratou-se das características gerais desse veículo de mídia e discutiu-se o conceito de mídia migrante e étnica.

A pesquisa pode constatar, entre outros elementos, a agência da comunidade boliviana no manuseio utilitário da identidade de "imigrante" ou de "estrangeiro", especialmente em situações em que seu uso poderia favorecê-la no acesso a políticas públicas ou em benefício da organização política comunitária. Também foi possível notar certa resistência do jornal em usar o termo "ilegal", o que certamente reflete a recusa dos bolivianos em relação à criminalização da condição migrante.

Referências

BARRETO, Yasmin Carolyne Soares; GÓIS, Marcos Lúcio de Sousa. Reflexões histórico-discursivas sobre o migrante num jornal de 1954. Raído, Dourados, v. 13, n. 33, p. 146-160, dez. 2019. ISSN 1984-4018. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/view/10091>. Acesso em 19 ago. 2020.

BRIGNOL, Liliane Dutra. Social uses of ICTs in dynamics of transnationalism and network migrant communication: an approach to the Senegalese diaspora in South Brazil/Usos sociais

das TICs em dinamicas de transnacionalismo e comunicacao migrante em rede: uma aproximação a diáspora senegalesa no sul do Brasil. Comunicação, Mídia E Consumo, v. 12, nº. 35, set.-dez. 2015. Disponível em: <https://link.gale.com/apps/doc/A461609640/AONE?u=capes&sid=AONE&xid=a0d71f31>. Acesso em 24 ago. 2020.

COGO, Denise. O Outro migrante: das estratégias de midiatização das migrações contemporâneas na mídia impressa brasileira. C-Legenda - Revista do Programa de Pós-graduação em Cinema e Audiovisual, jan. 2002. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36826>. Acesso em 19 ago. 2020.

ELHAJJI, Mohammed. Mapas subjetivos de um mundo em movimento: migrações, mídia étnica e identidades transnacionais. Revista Eptic, v. XIII, n. 2, mai-ago. 2011. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/109/94>. Acesso em 20 out. 2019.

GÓIS, Marcos L.S. Discursos contemporâneos: migrantes haitianos no jornal O Globo. IN: GUERRA, Vânia M. L.; NASCIMENTO, Celina A. G. S.; SOUZA, Claudete C.. (Org.). Sociedades contemporâneas: diversidade e transdisciplinaridade. 1ed. Campinas - SP: Pontes, 2016. p. 241-270.

MAGALHÃES, Valéria. O Brasil no Sul da Flórida: subjetividade, identidade e memória. São Paulo: Letra e Voz, 2011. 271 p.

RANGEL BATISTA, Roberta; BONOMO, Mariana. Representações sociais de imigração e imigrantes em mídia espanhola, italiana e portuguesa. Quaderns de Psicología, v. 19, n. 3, p. 211-227, dez. 2017. Disponível em: <https://www.quadernsdepsicologia.cat/article/view/1357>. Acesso em 19 ago. 2020.

ZANINI, Maria Catarina. Assistir, ouvir, ler e narrar: o papel da mídia nas construções identitárias étnicas. Rev. Antropol., São Paulo, v. 48, n. 2, p. 699-736, dez. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S0034-77012005000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 ago. 2020. https://doi.org/10.1590/S0034-77012005000200009.

Sociedade, Políticas Públicas e Gestão Governamental

Medo de Cair: a desigualdade de riqueza e os efeitos da COVID-19[8]

André Roncaglia de Carvalho[9], Eloiza Regina Ferreira de Almeida[10], Luciana Rosa Souza[11], Solange Gonçalves[12]

A pandemia do SARS-Cov2 é um choque sistêmico. Choques são variações repentinas em um indicador ou em uma parte de um sistema de relações. No caso de uma epidemia, o ponto de impacto é o setor de saúde (epicentro); a partir dele seus efeitos se ramificam, então, para outras esferas da vida social: economia, mobilidade urbana, comportamento, política etc.

No plano econômico, este choque se manifesta na variação da renda familiar: um ou mais membros de uma família podem ser obrigados a se afastar temporariamente ou definitivamente de suas atividades pessoais e laborais. Além disso, o isolamento social e as restrições de mobilidade, necessárias à limitação da disseminação do vírus, podem provocar choques na saúde psicológica dos indivíduos e choques parciais ou totais de renda devido ao desemprego ou afastamento do posto de trabalho. Por

8 Artigo originalmente publicado no blog Novos Estudos Cebrap.
9 Docente do departamento de Economia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). É pesquisador nas áreas de desenvolvimento econômico e desigualdade de renda e riqueza no Brasil. Pesquisador associado ao CEBRAP.
10 Mestranda em Economia e Desenvolvimento na Universidade Federal de São Paulo e pesquisadora associada ao CEBRAP, com pesquisa nas áreas mercado de trabalho, economia regional e diferenciais de gênero.
11 Docente do departamento de Economia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), É pesquisadora na área de políticas públicas para mitigar a pobreza e desigualdade no Brasil e na América Latina. Pesquisadora associada ao CEBRAP.
12 Docente do departamento Multidisciplinar da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e pesquisadora associada ao CEBRAP. Doutora pela USP, com pesquisa nas áreas de dinâmica da pobreza, economia do trabalho e avaliação de políticas públicas.

fim, trabalhos científicos têm evidenciado impactos intrafamiliares diferenciados da COVID-19, e, alguns membros sofrem mais a queda do bem-estar que outros.

A magnitude dos impactos da COVID-19 nas famílias brasileiras depende, portanto, do seu grau de afluência material. Quem tem mais patrimônio e ganha melhor, tem um bom colchão amortecedor de variações na renda (dinheiro guardado), vive em locais mais espaçosos e mais bem servidos pelas redes de comércio local e virtual. Além disso, consegue se expor menos ao vírus e manter uma rotina de vida à distância, usando as possibilidades abertas pela tecnologia. Como se sabe, porém, há elevada concentração do patrimônio e dos rendimentos do trabalho em sociedades marcadas por elevado grau de desigualdade; e isso tem consequências materiais e comportamentais.

Medo de cair

Segundo a jornalista Barbara Ehrenreich, no livro *Fear of Falling,* o que caracteriza as classes médias e as classes pobres é o "medo de cair. Nelson Barbosa sintetizou a classificação de forma simples: “ricos são aqueles com situação garantida hoje, amanhã e depois. A geração atual está bem, a seguinte idem e os netos também. Não há medo de cair. Classe média é o grupo que está bem hoje, mas que pode cair amanhã e, principalmente, cujos filhos não têm garantia de permanecer classe média. E os pobres são aqueles que batalham dia a dia para não cair na miséria. Aqueles para os quais um pequeno choque adverso (doença ou acidente) pode representar a diferença entre pobreza e miséria.” Vejamos os efeitos deste choque sobre as famílias mais vulneráveis do ponto de vista material.

Os choques negativos de renda que afetam as famílias podem ter impactos temporários ou permanentes, a depender da frequência de ocorrência e do tamanho desses choques. Além disso, alguns momentos do ciclo de vida dos membros de uma família são cruciais para determinar a extensão dos efeitos desses choques. Os momentos mais vulneráveis a choques de renda englobam a primeira infância, a transição de jovens para o mercado de trabalho e a formação de uma nova família. Queda nos rendimentos da família pode levar a um ciclo de pobreza crônica ou intergeracional. A literatura que trata dos impactos de um choque de renda sobre a entrada e permanência das famílias na pobreza, indicam como as famílias podem e tendem a lidar com os riscos, indicando as estratégias usadas para suavizar e distribuir o consumo ao longo do tempo, ou criar redes de solidariedade.

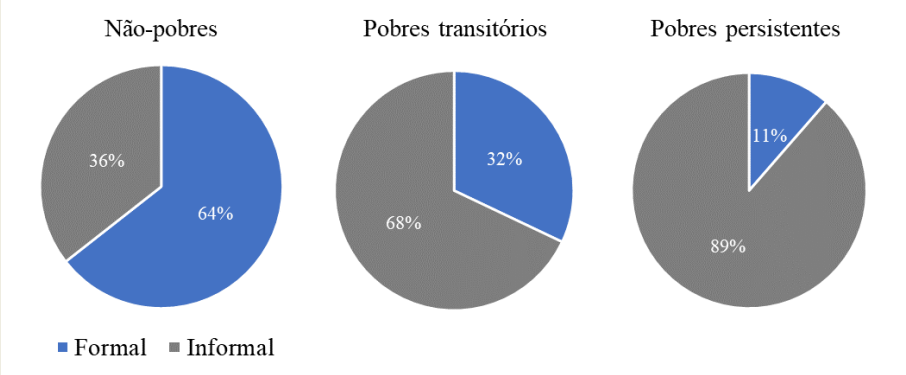
Uma das estratégias possíveis é a venda do conjunto de ativos reais ou financeiros das famílias, que reflete o seu nível de riqueza, e permite a transferência de rendimentos ao longo do tempo. O conjunto de ativos reais pode ser composto por itens domésticos, como televisão ou notebook, veículos (carros ou motos), ou imóvel ou terreno. Os ativos financeiros englobam as aplicações financeiras da família ou a possibilidade de tomada de crédito/empréstimos no mercado financeiro.

O que dizem os dados?

As evidências empíricas mostram que as famílias mais pobres, por perceberem uma renda mensal baixa, enfrentam dificuldades em poupar (ver Rodrigues, Menezes-Filho e Komatsu 2018). Por isso, acabam tendo um estoque reduzido de riqueza (que é senão o acúmulo no tempo de renda não gasta). Além

disso, o crédito ao consumo é muito limitado para as famílias de baixa renda, porque as instituições formais de crédito exigem comprovações de renda, que os mais pobres não possuem. Os dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que a informalidade atinge 89% das famílias em situação persistente de pobreza (4-5 trimestres)[13] , conforme mostra a Figura 1, enquanto entre as famílias não-pobres é de 36%.

Figura 1: Vínculo de trabalho de chefe nas famílias com pobreza persistente, transitória e não pobres



Nota: Elaboração própria com base nos dados da PNADC/IBGE (2017-2019)

As famílias de baixa renda também têm limitada posse de ativos reais, como habitação ou veículos, ou ativos financeiros.

[13] Foi utilizada a amostra de famílias da PNADC (IBGE), de 2017 a 2019, que permaneceram na pesquisa durante cinco trimestres. Cálculos realizados utilizando como critério para definição de pobreza e extrema pobreza os critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família, de renda domiciliar *per capita* inferior a R$ 85,00 e R$ 89,00, para extrema pobreza, e R$ 170,00 e R$ 178,00, para pobreza, para os períodos: primeiro trimestre de 2017 a segundo trimestre de 2018; e terceiro trimestre de 2018 a quarto trimestre de 2019, respectivamente. A renda domiciliar total *per capita* inclui a renda do trabalho total e a renda do não trabalho total (renda de programas de transferência – Programa Família e Benefício de Prestação Continuada, renda de aposentadorias e pensões do INSS ou alimentícia, aluguéis, doações e outros programas sociais).

Isso reforça as restrições de crédito a que ficam sujeitas mediante as exigências de garantia por parte das instituições financeiras, sem mencionar o recorrente histórico de inadimplência das pessoas de baixa renda em empréstimos passados. O efeito é o ingresso no círculo vicioso da pobreza, o qual tende a se transmitir para as gerações seguintes, com uma consequente ampliação da distância da base com relação ao topo da distribuição (Piketty 2000, p. 436-437)[14].

Os dados da PNAD Contínua para a primeira visita aos domicílios[15] apresentam informações sobre a posse de alguns ativos reais pelas famílias. A análise para o período entre 2017 e 2019, mostra que não existe uma diferença importante entre famílias que possuem ativos reais como televisão e geladeira. No entanto, a desigualdade aumenta quando se considera a propriedade de máquina de lavar roupa e de computador. Apenas 28% das famílias em situação de pobreza persistente (4-5 trimestres) apresentam posse de máquina de lavar, enquanto que 43% dos pobres transitórios (1-3 trimestres) e 71% dos nunca pobres contam com esse bem no domicílio. Este dado evidencia que a pobreza (medida em fluxo de renda domiciliar per capita mensal) também é acompanhada pela ***pobreza na posse de ativos.***

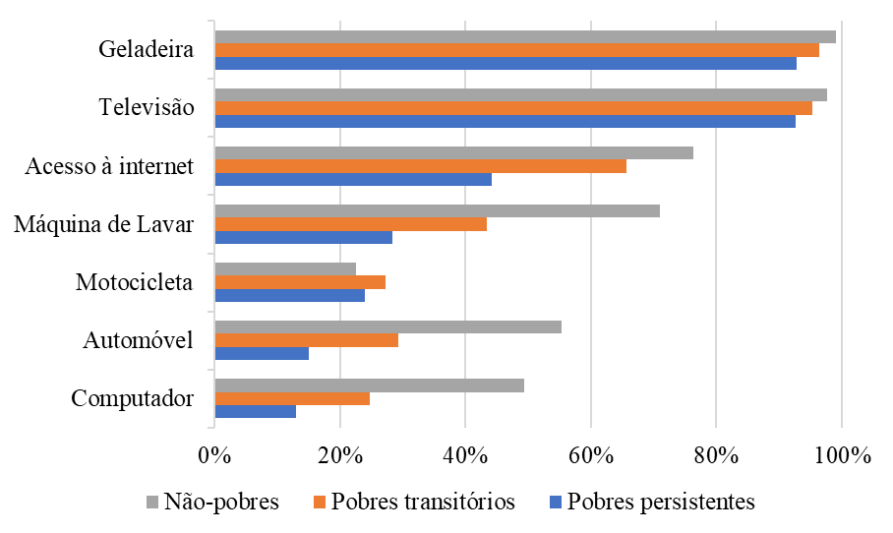
[14] Piketty, T (2000) "Theories of persistent inequality and intergenerational mobility." Handbook of Income Distribution, Volume 1. Edited by A. B. Atkinson and F Bourguignon, Chapter 8

[15] A PNADC consiste em um painel rotativo em que cada domicílio é entrevistado por até no máximo cinco trimestres, com a coleta de informações sobre os rendimentos do trabalho. Adicionalmente na primeira entrevista são coletadas informações sobre a posse de ativos e outros rendimentos. Para esta análise tais informações foram agrupadas possibilitando a visão ampla da renda domiciliar.

O ***nexo renda-patrimônio*** mostra que a situação de pobreza mais prolongada está intimamente associada a questões estruturais de falta de acesso a ativos e mercados[16]. Somente 13% das famílias em situação persistente de pobreza têm algum tipo de computador em casa[17], enquanto esse bem é comum em 49% dos domicílios nunca pobres. Esse item associado ao acesso à internet reflete a complexidade da situação de privação das famílias mais pobres, já que a posse combinada possibilita aos membros da família a busca por conhecimento e informação, o acesso a oportunidades de emprego, treinamentos específicos e gerais em softwares e outras ferramentas de qualificação profissional, e acesso à inovação, itens relevantes para garantir equidade de competição no mercado de trabalho. A Figura 2 também revela a importância da posse de um automóvel; trata-se de um ativo relevante na geração de renda em momentos de desemprego e queda da renda familiar para uma parte dos trabalhadores da economia. A depender das características do veículo, este pode ser utilizado para trabalho em aplicativos de transporte privado, ainda que uma recente literatura indique a precarização existente neste tipo de trabalho.

[16] Esta agenda de pesquisa foi iniciada com Joseph Stiglitz (1969).
[17] Considerando inclusive os portáteis tais como: laptop, notebook, ultrabook ou netbook.

Figura 2: Posse de ativos reais pelas famílias com pobreza persistente, transitória e não pobres



Nota: Elaboração própria com base nos dados da PNADC/IBGE (2017-2019)

Dessa forma, fica evidente e substanciada a importância da constituição de um conjunto de ativos reais e financeiros como uma estratégia já consagrada pela literatura que trata dos mecanismos de suavização de consumo e impedimento da entrada das famílias na pobreza. Os dados mostram que esta estratégia é acessível a uma parcela muito pequena da população mais pobre. Além disso, a incidência de ativos entre as famílias pobres parece ser negativamente correlacionada à duração da pobreza: seja pela necessidade de vender ativos, devida à persistência da condição de pobreza, seja porque seus baixos rendimentos e questões estruturais determinaram um baixo grau de acumulação de ativos geradores de renda.

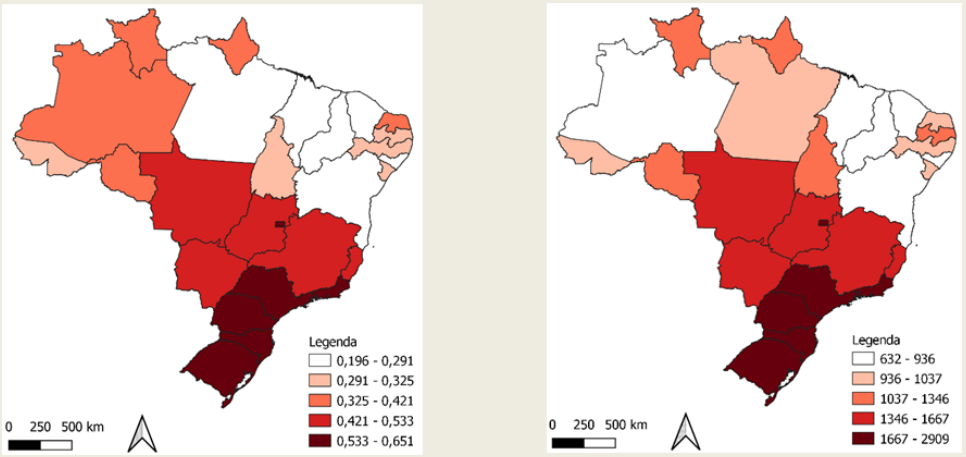
Mapa da Renda Média e do Acesso a Ativos

A Figura 3 apresenta um mapa (a) de acesso a ativos por UF brasileira e um mapa (b) mostrando a renda domiciliar total per capita (medida em R$). O indicador do mapa (a) foi criado por

meio de abordagem de componentes principais[18] e apresenta valores que podem ir de zero a um: quanto mais próximo de um, maior é o nível de acesso da família a ativos. Consideramos na criação desse indicador os ativos físicos presentes na Figura 1, com exceção de geladeira e televisão, cuja posse é alta para pobres e não-pobres, e incluímos a posse de telefone fixo (um bem cada vez mais raro nos domicílios), mas que varia entre 11% e 37%, a depender da situação de pobreza da família. Ademais, incluímos a informação sobre a posse do domicílio em que a família reside com quitação total do bem. Esta variável apresenta pouca variação entre as famílias (entre 72% e 78%) já que, apesar de o morador declarar que o domicílio é próprio, dados da PNADC de 2019[19] mostram que a posse de um documento que comprove a propriedade só ocorre para 49% dos pobres enquanto 63% dos não-pobres o possui.

[18] Para detalhes sobre esta abordagem ver Hongyu K, Sandanielo V. e Junior G. (2016).
[19] Esta informação somente está disponível na PNADC de 2019.

Figura 3: Mapa quantílico para um indicador de posse de ativos físicos e para a renda domiciliar per capita



(a) (b)

Nota: Criação dos autores com base nos dados da PNADC/IBGE (2017-2019)

Os mapas explicitam que, além da já conhecida desigualdade de renda existente em nível regional, a desigualdade na posse de ativos físicos segue o mesmo padrão, qual seja: estados da região Nordeste apresentam os menores valores médios para o indicador e os estados da região Sudeste e Sul apresentam os maiores valores.

Este resultado é um indício da indisponibilidade, para uma ampla parcela da população, de uma importante estratégia de suavização de consumo em momentos de choques de renda e entrada na pobreza. Para estas famílias, o medo de cair é mais do que uma condição psicológica, é uma realidade concreta.

Quarentena, aula *online* e as desigualdades de acesso na educação

Bárbara R. Altivo[20], Rafael Amorim[21], José Carlos Vaz[22]

Introdução

O entendimento da importância da educação como direito fundamental e universal se materializa, no Brasil, com a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205, que classifica a educação como "direito de todos e dever do Estado e da família". Considerando os novos desenvolvimentos tecnológicos das últimas décadas e a consolidação da Internet como principal ferramenta de comunicação e busca por informações, a utilização de recursos de tecnologia da informação e comunicação (TICs) no campo da educação tende a crescer. A fim de delimitar objetivos concretos para a promoção do desenvolvimento sustentável, a Organização das Nações Unidas estabeleceu, com a Agenda 2030, o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4, que prevê a garantia da educação inclusiva e equitativa e a promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos (ONU, 2018), demandando que governos "se comprometam a

[20] Graduanda em Gestão de Políticas Públicas na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP).
[21] Graduando em Gestão de Políticas Públicas na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) e integrante do Grupo de Estudos em Tecnologias e Inovações na Gestão Pública (GETIP).
[22] Docente do curso de Gestão de Políticas Públicas na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), Doutor em Administração de Empresas e Sistemas de Informação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e coordenador do Grupo de Estudos em Tecnologias e Inovações na Gestão Pública (GETIP).

ampliar as habilidades digitais e a expandir a infraestrutura de TIC nas escolas" (MONTOYA e BARBOSA, 2020, p. 5).

Com a quarentena provocada pela pandemia da Covid-19 e a necessidade da adoção de medidas de isolamento social, as aulas foram suspensas no Brasil em março. Estados e municípios adotaram regimes de ensino remoto, o que acabou evidenciando a desigualdade social e digital existentes. Segundo o relatório do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.Br) produzido por MONTOYA e BARBOSA (2020, p.1), "existe um risco maior de serem deixados para trás os alunos residentes em áreas com poucos recursos, em áreas rurais remotas e em domicílios de baixa renda, além de que alunos com algum tipo de deficiência podem precisar de um acompanhamento mais individualizado".

É necessário, portanto, discutir se tais medidas estão desconsiderando fatores sociais importantes, como a falta de estrutura das residências, qualidade da conexão da internet, espaços adequados para estudo e baixo letramento digital de grande parte da comunidade educacional. Este artigo procura apontar caminhos para análises sobre o risco de existência de lacunas nas iniciativas.

A seguir, o artigo apresenta uma breve reflexão sobre as ligações entre desigualdade digital e desigualdade educacional, identificando questões centrais para análise de iniciativas de uso de tecnologias digitais baseadas na Internet para atender a demandas emergenciais no contexto da pandemia. A seguir, uma nova seção utiliza o exemplo do Estado de São Paulo para ilustrar os desafios colocados por estas questões. O artigo encerra-

se com uma seção de considerações finais sobre as necessidades de aperfeiçoamento de políticas públicas nesse contexto.

Desigualdade digital como agravante da desigualdade educacional

Mesmo desconsiderando os diversos níveis e etapas de inclusão digital e analisando somente a dimensão do acesso à internet, requisito básico para acompanhamento das aulas, o Brasil não apresenta dados satisfatórios. Segundo a pesquisa TIC Domicílios, que realiza anualmente um relatório sobre o acesso da população brasileira à Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), em 2018, 50% das pessoas das classes D e E não possuíam nenhum tipo de acesso à internet. Entre as pessoas que possuem acesso à internet, 58% o fazem exclusivamente pelo celular, o que pode ser considerado um fator limitante. Ainda sobre a qualidade do acesso, na cidade de São Paulo 46,6% dos domicílios da categoria AB declaram ter Banda Larga superior a 4 Mbps, enquanto a soma das categorias C, D e E atinge apenas 18,6%, de acordo com os dados dos Cadernos de Estudos Setoriais da Cidade de São Paulo, elaborado pelo Nic.Br (WISSENBACH, 2019).

A desigualdade social e racial é amplamente presente da educação brasileira. Segundo a PNAD Contínua de 2019, cerca 51,2% da população com mais de 25 anos (69,5 milhões de pessoas) não concluiu o ensino médio. Com relação a taxa de analfabetismo, cerca de 11 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais se encontram nessa situação, sendo a porcentagem de brancos analfabetos é de 3,6%, contra 8,9% de pretos e pardos (IBGE, 2020). Em São Paulo, segundo levantamento da Rede Social Brasileira

por Cidades Justas e Sustentáveis (2020) a partir dos dados do Censo 2010, constata-se que bairros com altos índices de vulnerabilidade como Marsilac e Parelheiros possuem 9,6% e 6,3% de analfabetos respectivamente, enquanto na região de Moema, bairro com maior IDH da cidade, a taxa é de 0,3%. (REDE, 2020)

Tais números mostram a necessidade de um esforço conjunto para o acesso à educação e para a inclusão digital de pessoas em situação de vulnerabilidade. As ações para incluir as ferramentas digitais no âmbito das competências educacionais e empoderar esses indivíduos para se apropriarem do processo de letramento e da cultura digital podem servir como mecanismo de atuação social e cidadania.

A literatura de inclusão digital mostra que "um sujeito que aprenda a manusear as novas tecnologias de maneira crítica e autônoma pode, a depender de seu letramento, questionar padrões, formatos e criar novas soluções alternativamente ao mercado" (ROSA, 2013). Pesquisas sobre uso de plataformas digitais para processos de ensino-aprendizagem indicam que estas podem contribuir para o letramento digital (VAZ e BARBOSA, 2020).

Outro aspecto relevante diz respeito às condições de trabalho e preparação dos profissionais de educação.

A partir dessas considerações, podemos sintetizar algumas dimensões que permitem apresentar questões centrais que representam os desafios para a implementação de iniciativas desse tipo:

1. Dimensão da inclusão digital: a iniciativa encontra condições de inclusão digital que permitam acesso adequado e sem barreiras aos alunos? Os alunos da rede pública terão condições

de acesso equivalentes ou próximas dos alunos da rede privada? Dentro da própria rede pública, haverá desigualdade de acesso? A iniciativa contém medidas de mitigação de desigualdades de acesso estruturais?

2. Dimensão do letramento digital: a iniciativa contribui para redução de desigualdades em termos de letramento digital, causadas pela desigualdade estrutural na inclusão digital?

3. Dimensão das condições de trabalho dos profissionais de educação: os profissionais de educação têm condições adequadas para trabalhar nesse novo contexto, em termos de tempo disponível, acesso à tecnologia e preparação prévia para a utilização de ferramentas digitais voltadas ao ensino-aprendizagem?

Ações em São Paulo

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo desenvolveu o Centro de Mídias da Educação de São Paulo (https://centrodemidiasp.educacao.sp.gov.br/) que, segundo o portal criado para a divulgação, promete criar conteúdo digital e patrocinar internet para que alunos e professores da rede tenham acesso aos conteúdos via celular. Com a proposta de uma "educação mediada pela tecnologia" (SÃO PAULO, 2020), o governo realizou parceria com as grandes empresas de telefonia móvel para a garantia de disponibilidade de internet para o uso do aplicativo. Porém, obrigatoriamente, o usuário precisa possuir uma conexão prévia de dados móveis ou Wi-Fi ativa para fazer o download do aplicativo nas plataformas.

Ainda de acordo com a Secretaria, o aplicativo oferece canais de transmissão ao vivo de vídeos por série/ano da Educação Básica, através da página do facebook e pelos canais da TV Educação e TV Univesp. As aulas ocorrem em horários pré-definidos

e exige acompanhamento síncrono dos alunos, como em uma sala de aula presencial, mesmo em casas com crianças em idade escolar diferentes, e em muitos casos, sem a estrutura adequada para tal.

O Governo do Estado defende que a iniciativa do Centro de Mídias "fomenta a cultura digital e permite maior conexão entre todos os integrantes da Rede", além de possibilitar aos estudantes uma participação ativa na aprendizagem, exercendo a autoria e o protagonismo. Tais objetivos, que também são defendidos por autores que estudam o tema da inclusão de digital, podem ser prejudicados justamente pelo fato do fomento à cultura digital e o incentivo ao protagonismo dos alunos não se darem de maneira estruturada e contínua, sendo colocado em prática em um momento altamente desfavorável, em que o acompanhamento, suporte e a avaliação são limitados. A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo já realizou iniciativas anteriores de oferta de conteúdos digitais para suporte ao processo de ensino-aprendizagem, através da Plataforma Currículo+. Pesquisas sobre esta plataforma indicam alguma contribuição positiva em certos aspectos do letramento digital (desenvolvimento de habilidades básicas de uso e acesso a conhecimento no meio digital), ainda que não se verificasse contribuição significativa no desenvolvimento de pensamento crítico nos usuários (VAZ e BARBOSA, 2020).

Tendo em vista que reduzir desigualdades e promover o desenvolvimento para pessoas em situação de vulnerabilidade são apontados como importantes argumentos para implementação de políticas de inclusão digital, propor ações e programas de forma isolada, "desarticulados das demais políticas públicas, e

que não levam em consideração a complexidade dos processos vividos pelas comunidades" (BONILLA e OLIVEIRA, 2011, p. 25), pode acentuar as dificuldades na execução de projetos como o proposto pelo Governo Estadual de São Paulo.

Observando-se as três dimensões apresentadas acima, podemos observar que:

1. Dimensão da inclusão digital: a iniciativa não foi acompanhada de ações de inclusão digital capazes de reverter as dificuldades de acesso. Notícias na imprensa apontam dados de acesso bastante reduzidos, indicando que em maio, cerca de metade dos alunos não estavam acessando os conteúdos (VESPA, 2020). Ainda que se possa, eventualmente relativizar estes números, a magnitude da exclusão digital fica evidente.

2. Dimensão do letramento digital: Não existiram iniciativas significativas de promoção do letramento digital para superar desigualdades pré-existentes, oriundas das dificuldades de acesso e/ou de condições socioeconômicas das famílias. Assim, essas desigualdades podem acabar por serem "carregadas" para o novo contexto de ensino não-presencial, agravando as desigualdades internas à rede pública e as desigualdades em relação aos alunos da rede privada.

3. Dimensão das condições de trabalho dos profissionais da educação: a implementação da iniciativa não se valeu de tempo e esforços anteriores de criação de condições para o trabalho intensivo online dos profissionais da educação. Notícias indicam relatos de sobrecarga de professores (VESPA, 2020) e lacunas estruturais na preparação destes para atividades online (ASSUNÇÃO, 2020).

Considerações finais

Notadamente, o impacto da falta de implementação de políticas de inclusão digital, anterior a pandemia, somando a outros fatores sociais como a precariedade da infraestrutura das escolas públicas e das condições de trabalho dos profissionais de ensino, poderá acentuar as desigualdades sociais e educacionais que o Brasil já enfrenta, como aumento do índice de evasão escolar, por exemplo.

Com a decisão emergencial de dar continuidade às aulas da rede pública em ambiente virtual, a população mais exposta aos efeitos da pandemia enfrenta mais um obstáculo no acesso a direitos básicos como a educação, aumentando o já alto grau de desigualdade existente. Com a intenção de retomada parcial de aulas presenciais em todo o Estado de São Paulo, a discussão sobre as desigualdades de acesso e oportunidades deverá se ampliar nos próximos meses. Ainda é cedo para avaliar os reflexos da pandemia na educação, mas o modo como os planos de ação tem sido formulados e implementados requer atenção para além do imediatismo da situação.

Ainda que novos estudos sejam necessários, com uma profundidade que não foi ainda possível, estas primeiras observações demonstram como a trajetória anterior das políticas públicas de inclusão digital, tanto no âmbito da política educacional como em âmbito mais geral, somada à situação emergencial, pode contribuir para a geração de uma cadeia de impacto negativa. O fruto dessa cadeia seria a ampliação das desigualdades educacionais, por conta das omissões do poder público na consideração do fenômeno da desigualdade digital em suas múltiplas dimensões.

Referências

ASSUNÇÃO, Clara. Falta de preparo das escolas para educação a distância aumenta desigualdades. Rede Brasil Atual, 09/06/2020. Disponível em https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2020/06/celular-e-whatsapp-educacao-a-distancia-pandemia/. Consultado em 25 de agosto de 2020.

BONILLA, Maria Helena Silveira; OLIVEIRA, Paulo Cezar Souza. Inclusão digital: ambiguidades em curso. Inclusão digital: polêmica contemporânea. Salvador: EDUFBA, v. 2, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Página 123.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (Cetic.br). TIC Domicílios. Domicílios com Acesso à Internet. 2019. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/domicilios/A4/> Acesso em: 20 de jul. 2020

MONTOYA, Silvia; BARBOSA, Alexandre. A importância de monitorar e aprimorar o uso das TIC na educação pós-isolamento. NIC.Br, 2020. Disponível em: <https://www.nic.br/media/docs/publicacoes/1/20200602155525/a-importancia-de-monitorar-e-aprimorar-o-uso-das-tic-na-educacao-pos-isolamento.pdf>. Acesso em 21 de jul. 2020.

ONU. Organização das Nações Unidas. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2018. Disponível em <https://nacoesunidas.org/pos2015/>. Acesso em 26 de ago. 2020

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Educação 2019: Mais da Metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. IBGE, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em 27 de jul. 2020.

ROSA, Fernanda Ribeiro. Inclusão Digital como Política Pública: Disputas no Campo dos Direitos Humanos In: SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos, n. 18. 2013

SÃO PAULO (Estado), Secretaria Estadual da Educação. Centro de Mídias da Educação de São Paulo. Disponível em <https://centrodemidiasp.educacao.sp.gov.br/>. Acesso em: 21 de jul. 2020.

REDE Social Brasileira por Cidades Justas e Sustentáveis. Taxa de Analfabetismo na População com 15 anos ou mais. Rede Nossa São Paulo, 2020. Disponível em <https://www.redesocialdecidades.org.br/br/SP/sao-paulo/regiao/+marsilac/taxa-de-analfabetismo-na-populacao-com-15-anos-ou-mais>. Acesso em 24 jul 2020.

VAZ, José Carlos; BARBOSA, Bruna Meireles. Contribuição de plataformas digitais de apoio à aprendizagem ao letramento digital: análise da plataforma Currículo. In: Ciência da Informação, v.49 n.1, p.196-210.

VESPA, Talyta. SP: só metade dos alunos acessa aula online; professores relatam sobrecarga. UOL Educação, 29/05/2020. Disponível em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/05/29/sp-metade-dos-alunos-acessam-aulas-on-line-professores-relatam-sobrecarga.htm>. Acesso em 26/08/2020.

WISSENBACH. Tomás. Dinâmicas Interurbanas e Desigualdades Territoriais: elementos para o debate sobre inclusão digital na cidade de São Paulo. In: Cadernos NIC.br Estudos Setoriais 2019. Disponível em: <https://www.nic.br/publicacao/desigualdades-digitais-no-espaco-urbano-um-estudo-sobre-o-acesso-e-o-uso-da-internet-na-cidade-de-sao-paulo/>. Acesso 27 jul. 2020.